

*Di
Paul
R*



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

PLANO DE ATIVIDADES E
ORÇAMENTO ANO 2015

FUTURLAGOS – EMPRESA LOCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO, E.M.,S.A.



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	PLANO DE ATIVIDADES	4
2.1.	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	4
2.1.1.	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA	4
2.1.2.	SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE LAGOS “A ONDA”	7
2.1.3.	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	8
2.1.4.	“ESPLANADA DO INFANTE”	11
2.1.5.	ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	12
2.1.6.	ARRENDAMENTO DA COBERTURA DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO ANEL VERDE	18
3.	ORÇAMENTO E PLANO DE INVESTIMENTO	19



1. INTRODUÇÃO

A FUTURLAGOS é uma empresa local que tem como objeto social a gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional nos termos do disposto nos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, e nos termos definidos nos artigos 4º e 5º dos Estatutos desta empresa.

Dentro do seu objeto e atribuições são desenvolvidas atividades na área de gestão, exploração, construção e manutenção de equipamentos municipais e sociais, nomeadamente a gestão e exploração dos parques de estacionamento e dos transportes públicos urbanos, exploração da Esplanada do Infante, gestão do Plano de Urbanização da Meia Praia, manutenção de edifícios de interesse municipal (cultural e lazer) e gestão da área de reabilitação urbana.

Neste âmbito, e de acordo com as orientações estratégicas emanadas pela Câmara Municipal de Lagos, a FUTURLAGOS, visando sempre a otimização e eficiência de gestão dos seus recursos, e defesa do interesse público, apresenta os respetivos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2015.

2. PLANO DE ATIVIDADES

A FUTURLAGOS desenvolve a sua atividade na prossecução das orientações estratégicas emanadas pela Câmara Municipal de Lagos.

Assim, a sistemática adotada no plano de atividades agora submetido à tutela, passa por descrever sumariamente as atividades que se pretendem levar a cabo em cada uma das orientações estratégicas a cargo da empresa, dando nota da sua previsível evolução.



2.1. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

2.1.1. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA



Continuando o trabalho desenvolvido durante os anos anteriores, a FUTURLAGOS irá prosseguir nas tarefas que lhe foram cometidas pelo Município de Lagos, através de contrato programa celebrado para o efeito.

Desta forma, o trabalho reparte-se, essencialmente, em duas grandes áreas:

1. Execução de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes;
2. Gestão do fundo de compensação e componente perequativa do Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP).



Relativamente à componente de gestão do fundo de compensação dos proprietários da área do PUMP, prevê-se que se possa promover o contacto junto dos proprietários, para estimular a execução efetiva das unidades operativas cuja execução se coadune com o investimento realizado pela FUTURLAGOS.

Estão neste elenco, as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) 7, 9, 10 e 11.

Paralelamente, a FUTURLAGOS irá proceder ao acompanhamento das iniciativas levadas a cabo pelos promotores da UOPG 13, cujo Plano de Pormenor já se encontra aprovado, dos promotores das UOPG 11 e 3, acompanhando o seu desenvolvimento através de Plano de Pormenor, e dos proprietários da UOPG 8, igualmente através de Plano de Pormenor.

Sempre que existam, acompanhará as pretensões de todos os proprietários e encaminhará, quando houver massa crítica interna (dentro de cada UOPG) para a Câmara Municipal de Lagos, para que se possa proceder à execução de Planos de Pormenor, sempre que seja esse o entendimento da Câmara Municipal.

De acordo com o regime perequativo previsto no PUMP, o investimento privado antecede e suporta 2/3 do investimento público, sendo que a componente a cargo do Município refere-se às componentes de espaços verdes e equipamentos.

Ora, este tipo de investimento apenas é necessário quando existir população instalada que o justifique, facto que fundamenta a sua execução apenas na 2ª fase da execução do projeto.

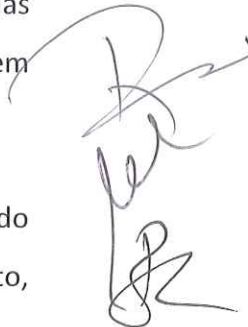
Assim sendo, a tarefa da FUTURLAGOS passará por reunir com os proprietários das referidas UOPG, tentando que estes possam avançar com o seu investimento e, em função desse investimento, dar início à execução das obras necessárias.

Paralelamente, continuarão a ser executados os contratos já celebrados, podendo eventualmente operar-se uma recalendarização dos investimentos, e nesse âmbito, realce particular para a execução dos troços em falta da V10 (estrada da Meia Praia).

Proceder-se-á à execução das infraestruturas essenciais, numa ótica de curto prazo e atendendo às necessidades mais prementes, estando neste rol a execução da requalificação da entrada do Bairro 25 de Abril e respetiva bolsa e paragem de autocarro.

Irá também proceder-se à execução do projeto da requalificação da frente de mar, relativo à UOPG 2 do PUMP, área que pertence à zona de proteção do POOC, a norte da linha de caminho-de-ferro e a sul da estrada da Meia Praia, delimitada pelo Bairro 25 de Abril a poente e pelo bairro 1^a de Maio a nascente.

Justifica-se a elaboração deste projeto, na medida em que a sua execução é determinante para a procura de soluções financeiras que incluam fundos comunitários ou outros que permitam e viabilizem a execução da obra.



2.1.2. SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE LAGOS “A ONDA”



Esta orientação estratégica foi emanada pela Câmara Municipal de Lagos e contratualizada à FUTURLAGOS por contrato de gestão, assinado a 12 de junho de 2008.

No âmbito deste contrato, cabe à FUTURLAGOS assegurar a exploração dos transportes públicos rodoviários de Lagos, “A ONDA”.

Com o fim do contrato de prestação de serviços com a Translagos, em março de 2015, termina igualmente as orientações determinadas neste contrato programa. Está em curso a elaboração do caderno de encargos para se proceder ao lançamento do novo concurso internacional, procedimento este que será assumido pela Câmara Municipal de Lagos.

Espera-se que após a adjudicação da prestação do serviço, seja efetuado novo contrato programa de forma a dar continuidade da gestão deste serviço pela FUTURLAGOS.

Está previsto em orçamento no ano de 2015, realizar investimento em equipamento básico para substituição ou reabilitação dos abrigos de passageiros degradados, e ainda na intervenção ou substituição de postaletes, de forma a tornar o serviço mais cómodo e eficiente para o cliente, e melhoria da informação disponibilizada.

2.1.3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO



No âmbito da exploração dos parques, e após estudo e análise das hipóteses para a exploração, entendeu-se que esta devia ser assumida diretamente pela FUTURLAGOS através da assinatura de Contrato-programa, aprovado pela Reunião de Câmara de 17 de março de 2010.

Dando continuidade à prestação do serviço de operacionalização dos parques de estacionamento e zona de estacionamento de duração limitada, terá início novo serviço no ano de 2015, que contempla uma redução significativa de gastos de funcionamento na ordem dos 50% relativamente ao anterior contrato.

Para o efeito, será alocado um funcionário da empresa ao serviço de fiscalização das zonas de estacionamento limitado à superfície, e em meados dos ano, com o aumento da atividade devido ao fator sazonal, pretende-se contratar entre um a dois fiscais, previstos em orçamento.

Este objetivo estratégico de redução de gastos teve início no final do ano de 2014 com a aquisição de equipamento e suporte informático, que permitirá fazer a fiscalização direta. Por outro lado também vai permitir um efetivo controlo da gestão direta das ZEDL, assim como proporcionar uma maior execução da cobrança da receita através do levantamento de autos de contraordenação sobre avisos não pagos.

No Parque de Estacionamento do Anel Verde está previsto o investimento no sistema de centralização de vigilância, que permite a monitorização deste através do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, reduzindo significativamente os gastos do serviço.

Dando continuidade aos objetivos propostos de tornar os parques de estacionamento mais atrativos, como parte integrante dos equipamentos públicos da cidade, a FUTURLAGOS, pretende continuar promover o aumento de serviços e produtos disponibilizados nestes espaços, maximizando, assim, o seu retorno financeiro.

Para isso poderão, p. ex., ser instalados serviços de lavagem de automóveis, abrir os parques à comunidade local, realizar pequenos consertos, rentabilizar espaço pela via da publicidade, alargar parcerias iniciadas em 2013, tais como, a continuidade dos protocolos com o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) e outras entidades

(ACRAL, PROLAGOS, Ordem dos Advogados, outros), oferta de serviços e produtos a partir de plataformas tecnológicas, como p.ex. o pagamento dos parcometros pelo sistema EOS Parking através de aplicação móvel, serviço disponibilizado em 2014.

Por outro lado, pretende-se fomentar o aumento da taxa de ocupação destes equipamentos ao longo da época baixa (outubro a abril), sendo possível, desenvolver produtos e serviços mais flexíveis, que possam ir ao encontro das necessidades dos agentes locais.

Neste sentido, continuar-se-á a desenvolver estudos de otimização e monitorização da operação, conforme os estudos de otimização dos tarifários desenvolvidos durante o ano 2014, que permitiram adequar e estabelecer às situações diferenciadas (época alta/época baixa), novos parâmetros de ocupação de espaços com menor taxas de ocupação. Exemplo disso foi a criação de tarifário de média duração nos parques adjacentes ao novo edifício da Polícia Marítima.



2.1.4. “ESPLANADA DO INFANTE”



Handwritten signature

Durante o ano de 2014 entrou em pleno funcionamento a exploração económica da “Esplanada do Infante”, que compreende uma plataforma de 6000 m², com três estabelecimentos de bebidas associados a pequenos equipamentos culturais e um posto de comércio de outra atividade.

Este equipamento situado numa zona nobre da cidade, com acesso fácil a turistas, transformou-se assim numa nova zona de lazer da cidade de Lagos.

Nestes espaços concessionados pela FUTURLAGOS durante o ano 2013 e 2014, está previsto em orçamento o recebimento da última tranche de uma concessão e outros valores relativos a estas concessões.

Com o início do funcionamento deste espaço no início do verão de 2014, verificou-se um melhor desempenho do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, situado nos pisos inferiores, o que se espera que esta realidade se concretize no ano de 2015, permitindo assim um aumento das receitas da atividade do estacionamento.

2.1.5. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA



No âmbito da orientação estratégica emanada pela Câmara, que delegou na FUTURLAGOS, a gestão da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos, por contrato programa assinado a 28 de fevereiro de 2013.

Nesta área pretende-se assegurar o desenvolvimento de programas, estudos e projetos de reabilitação urbana, bem como a sua operacionalidade, de forma a promover e garantir a revitalização da cidade cultural, comercial e turística, norteando sempre para uma melhoria da qualidade de vida do munícipe.

Neste sentido, serão desenvolvidas ações para incrementar as parcerias públicas e privadas, bem como recorrer a apoios de fundos e programas financeiros, otimizando assim os recursos da empresa.

Assim, elencam-se de seguida, nomeadamente as atividades de gestão da área de reabilitação urbana de Lagos, a promover durante o ano de 2015:

I. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ÀS AÇÕES DE REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS

Estão neste âmbito as ações de organização dos “processos ARU” tendentes à concessão de benefícios fiscais ao abrigo do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, incluindo a prestação de informação aos munícipes, o seu atendimento nos locais de obra e em gabinete, a realização das vistorias previstas no Decreto-Lei nº 266-B/2012, a informação de pedidos vários e a organização dos processos administrativos.

A informação sobre os “processos ARU” é continuamente atualizada e sistematizada, permitindo a qualquer momento fazer-se um ponto de situação sobre os mesmos, e tirar conclusões sobre a eficácia dos procedimentos adotados.

II. POLÍTICA DE IMPOSTOS MUNICIPAIS NA ARU

Refere-se às ações de majoração e minoração do IMI na área da ARU, conforme deliberações anuais da Assembleia Municipal de Lagos.

No caso das majorações existe ainda um grande trabalho a realizar, já que do total de 243 imóveis detetados como devolutos apenas 174 deram origem a notificações a proprietários, por falta da entrega de cadernetas pelo Serviço de Finanças, e dessas apenas 97 foram efetivadas em majorações do imposto no ano de 2011, ano fiscal de 2010, pelo facto de as condições de confirmação de presunção de devoluto existente na legislação ser facilmente contornada.

Para além das majorações a prédios devolutos e em ruínas, que o artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais obriga a triplicar, poderá também ser majorado em 30% o IMI dos prédios degradados, o que obrigaria também a um trabalho de apuramento de todas essas situações.



Quanto às minorações, considera-se que o trabalho que vem sendo desenvolvido é satisfatório, devendo continuar nos mesmos termos, ou seja, aplicação de uma minoração nos casos de intervenções não abrangidas por isenções ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2012, exceto nas situações de legalização de obras.



III. INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO E ESPAÇO PÚBLICO

Consideram-se atividades de gestão normal da entidade gestora da ARU, todas aquelas que se relacionam com as questões do Património edificado e do espaço público da área de intervenção, encontrem-se ou não incluídas em processos formalmente a decorrer na entidade gestora.

IV. APOIO E ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

Estão neste capítulo os estudos e projetos em curso no âmbito da candidatura ao POA21, assim como todos aqueles que forem lançados pela entidade gestora da ARU ou ainda os que a Câmara Municipal promova e solicite a colaboração da entidade gestora da ARU.


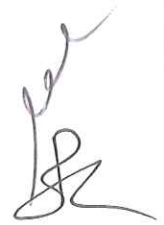
Assim, serão concluídos os projetos candidatados, nomeadamente o projeto global, que irá dar indicações precisas sobre a prioridade e as ações a desenvolver no âmbito do investimento público da ARU, quais as unidades de intervenção a criar e quais serão as prioritárias, etc.

Procurar-se-á também garantir a sustentabilidade económica e financeira da ARU através do estudo de financiamento da ARU.

Iniciar-se-ão igualmente os estudos das unidades de intervenção e os projetos âncora dessas unidades.

V. INFORMAÇÃO SOBRE A ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

A informação à população e agentes económicos sobre a operação de reabilitação urbana em curso é decisiva para o seu sucesso. Essa informação deverá ser reforçada através de diversas iniciativas a lançar, das quais salientamos a possibilidade de lançamento de uma publicação periódica, tipo “newsletter”, de distribuição gratuita para informação e publicitação da ARU e divulgação das suas realizações.

VI. APOIO AO COMÉRCIO LOCAL

Decisivo para a animação e vitalidade da área de intervenção, merece que se mantenha entre a entidade gestora e as associações de comerciantes um contacto permanente para discussão de possíveis ações comuns.

Depois de concluído o levantamento do comércio existente no Centro Histórico e mapeados todos os espaços devolutos que possam ser utilizados para este fim, poder-se-á avançar para a fase II deste projeto: procurar parceiros que possam instalar lojas que pela sua dimensão e capacidade de atração sejam capazes de ter um efeito âncora na dinamização e crescimento do comércio local.

Pretende-se desta forma elaborar um dossier que permita o contacto personalizado com grandes cadeias de comércio que possam ter interesse em instalar nesta área uma loja que proporcione um “efeito âncora” e que constitua um catalisador e indutor de mais investimento privado, revitalizando o tecido comercial da cidade.

De igual modo, pretende explorar-se a hipótese prevista no documento estratégico da ARU de criação de uma “loja do cidadão” na zona do centro histórico de Lagos (esta loja tanto pode ser uma loja do cidadão “oficial”, como poderá, eventualmente, ser uma loja municipal que aglutine todos os serviços municipais e todo o tratamento de assuntos relativas a outras entidades (devidamente protocolado).

VII. PARTICIPAÇÃO NO PROJETO SOBRE GESTÃO DAS ZONAS COSTEIRAS FACE AOS RISCOS SÍSMICOS E DE TSUNAMI

Dando continuidade ao projeto desenvolvido nos últimos dois anos, e no seguimento do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2001, perspetivam-se ações com maior ligação à comunidade e envolvendo a proteção civil como um todo - cidadãos, associações, entidades, forças de segurança.

VIII. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Estão neste âmbito a participação no Grupo de Ligação Técnica da Câmara Municipal de Lagos no âmbito do projeto “Rota dos Escravos” ou outros grupos de trabalho que a Câmara Municipal entenda constituir ou dar continuidade, como seja o Grupo da Mobilidade.

Estarão também neste âmbito a participação em iniciativas de organizações como a “Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico”, da qual a Câmara de Lagos pertence à Direção e que tem na pessoa do arquiteto Frederico Paula o presidente do júri do Prémio Nacional de Arquitetura Alexandre Herculano.

IX. APOIO A ESTUDANTES

O apoio a estudantes na realização dos seus trabalhos de curso é uma área de importância fundamental na divulgação da ARU e sua ligação à escola.

O protocolo assinado entre a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal abre perspetivas de estabelecimento de acordos específicos, como o que se prevê para a intervenção na Igreja de Santo António.

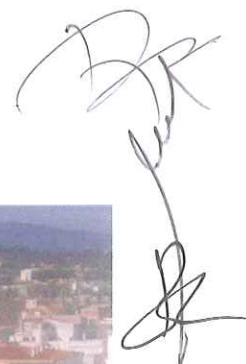
Para o ano de 2015 encontram-se em curso os seguintes projetos estratégicos, com candidaturas aprovadas:

- Estudo global da reabilitação urbana;
- Estudo do sistema de financiamento e gestão;
- Estudo de unidades de intervenção;
- Projetos âncora de unidades de intervenção;
- Construção de instalações sanitárias do Museu Dr. José Formosinho



Encontra-se prevista a realização do projeto de reabilitação da igreja de Santo António, incluída na reformulação das candidaturas referidas.

2.1.6. ARRENDAMENTO DA COBERTURA DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO ANEL VERDE



No âmbito do contrato-programa da gestão dos parques de estacionamento, entre o Município e a FUTURLAGOS, foi celebrado com um terceiro em 20-09-2012, um contrato de arrendamento da cobertura do Parque de Estacionamento do Anel Verde, pelo período de 15 anos.

Ficou a cargo do terceiro, todas as obras necessária e custos associados à exploração deste espaço, no qual foi construído um “Adventure Golfe” (mini-golfe), dando outra imagem e dinamização a esta zona da cidade.

Aqui espera-se também que seja uma mais-valia indireta no aumento da ocupação do parque de estacionamento do Anel Verde, a exemplo do já ocorrido durante a época alta do ano em curso.

*Ri
len
B*

3. ORÇAMENTO E PLANO DE INVESTIMENTO

PPI- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2015

Descrição das Rúbricas	2015	2016	2017	2018
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
<u>Equipamento Básico</u>	<u>77.000,00 €</u>	<u>7.500,00 €</u>	<u>7.500,00 €</u>	<u>7.500,00 €</u>
ONDA				
Equipamento Básico	10.000,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
Parques de Estacionamento	10.000,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
Equipamento Básico	65.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
Geral	65.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
Geral	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €
Geral	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €
<u>Equipamento Administrativo</u>	<u>13.000,00 €</u>	<u>11.000,00 €</u>	<u>11.000,00 €</u>	<u>11.000,00 €</u>
Geral	13.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €	11.000,00 €
Mobiliário	3.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €	2.000,00 €
Equipamento Informático	6.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €
Software de Informático	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €
<u>Trabalhos em curso (Construções Diversas)</u>	<u>55.000,00 €</u>	<u>35.000,00 €</u>	<u>35.000,00 €</u>	<u>35.000,00 €</u>
PARQUES DE ESTACIONAMENTO				
Trabalhos de Alterações e Adaptação Parques	30.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
ESPLANADA DO INFANTE				
Espanada do Infante (Frente Ribeirinha)	25.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €
25.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS				
<u>Projetos de desenvolvimento</u>	<u>1.000,00 €</u>	<u>1.000,00 €</u>	<u>1.000,00 €</u>	<u>1.000,00 €</u>
Outros	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €
Total do Investimento	146.000,00 €	54.500,00 €	54.500,00 €	54.500,00 €
IVA	33.580,00 €	12.535,00 €	12.535,00 €	12.535,00 €
Total do Investimento com Iva	179.580,00 €	67.035,00 €	67.035,00 €	67.035,00 €

Gastos com Pessoal "Orçamento 2015"	
Descrição das Rúbricas	Valores
REMUNERAÇÕES	279.916,84 €
Órgãos Sociais	36.537,76 €
Administradores	36.537,76 €
Pessoal	243.379,08 €
Técnicos	147.907,76 €
Administrativos	95.471,32 €
OUTROS ABONOS	22.229,88 €
Subsídio de Alimentação	16.345,56 €
Subsídio de Representação	5.884,32 €
ENCARGOS SOCIAIS	68.110,70 €
Segurança Social - Órgãos Sociais	10.308,17 €
Segurança Social - Pessoal	18.424,02 €
Caixa Geral de Aposentações - Pessoal	39.378,51 €
SEGUROS	7.300,00 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	6.000,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	1.300,00 €
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	11.000,00 €
Segurança Higiene no trabalho	2.500,00 €
Formação Profissional	3.000,00 €
Compensação ADSE	3.000,00 €
Outras variáveis	2.500,00 €
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	5.000,00 €
Estágios remunerados parcialmente	5.000,00 €
Total Gastos com Pessoal	393.557,42 €

Gastos de Funcionamento "Orçamento 2015"			
Descrição das Rúbricas	Valor anual	Por pagar de anos anteriores	Total
SUBCONTRATOS	446.000,00 €	135.000,00 €	581.000,00 €
<i>Serviço " A ONDA "</i>	<i>338.000,00 €</i>	<i>115.000,00 €</i>	<i>453.000,00 €</i>
Contrato "Translagos"	333.000,00 €	115.000,00 €	448.000,00 €
Estudos e Projetos	5.000,00 €		5.000,00 €
<i>Parques de Estacionamento</i>	<i>108.000,00 €</i>	<i>20.000,00 €</i>	<i>128.000,00 €</i>
Estudos e Projetos	5.000,00 €		5.000,00 €
Exploração Parq. Est. + ZEDL	103.000,00 €	20.000,00 €	123.000,00 €
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	227.300,00 €	280.000,00 €	507.300,00 €
<i>Eletricidade</i>	<i>45.000,00 €</i>		<i>45.000,00 €</i>
<i>Combustíveis</i>	<i>1.500,00 €</i>		<i>1.500,00 €</i>
<i>Água</i>	<i>6.000,00 €</i>		<i>6.000,00 €</i>
<i>Ferram.Utens.Desg.Rápido</i>	<i>500,00 €</i>		<i>500,00 €</i>
<i>Livros e Doc. Técnica</i>	<i>500,00 €</i>		<i>500,00 €</i>
<i>Material de Escritório</i>	<i>2.000,00 €</i>		<i>2.000,00 €</i>
Rendas e Alugueres		280.000,00 €	280.000,00 €
Locação de Edifícios		280.000,00 €	280.000,00 €
<i>Despesas de Representação</i>	<i>1.000,00 €</i>		<i>1.000,00 €</i>
<i>Comunicação</i>	<i>5.600,00 €</i>		<i>5.600,00 €</i>
<i>Seguros (Recheio e Outros)</i>	<i>2.000,00 €</i>		<i>2.000,00 €</i>
<i>Deslocações e Estadas</i>	<i>1.500,00 €</i>		<i>1.500,00 €</i>
<i>Serviços Prestados por Terceiros</i>	<i>16.200,00 €</i>		<i>16.200,00 €</i>
Serviço de Contabilidade e Assessoria	9.600,00 €		9.600,00 €
Revisor Oficial de Contas	6.600,00 €		6.600,00 €
Outros Prest.Serviços e Consultoria:	20.000,00 €		20.000,00 €
Outros	20.000,00 €		20.000,00 €
<i>Honorários - Consultoria Jurídica</i>	<i>3.000,00 €</i>		<i>3.000,00 €</i>
<i>Contencioso e Notariado</i>	<i>3.000,00 €</i>		<i>3.000,00 €</i>
<i>Conservação e Reparação (geral e parques)</i>	<i>50.000,00 €</i>		<i>50.000,00 €</i>
<i>Publicidade e Propaganda</i>	<i>5.000,00 €</i>		<i>5.000,00 €</i>
<i>Limpeza Higiene e Conforto</i>	<i>20.500,00 €</i>		<i>20.500,00 €</i>
<i>Vigilância e Segurança</i>	<i>8.000,00 €</i>		<i>8.000,00 €</i>
<i>Serviços Bancários</i>	<i>500,00 €</i>		<i>500,00 €</i>
<i>Encargos de Cobrança de Receitas</i>	<i>10.000,00 €</i>		<i>10.000,00 €</i>
<i>Seminários, exposições e similares</i>	<i>2.500,00 €</i>		<i>2.500,00 €</i>
<i>Outros Fornecimentos / Serviços</i>	<i>23.000,00 €</i>		<i>23.000,00 €</i>
Total Gastos de Funcionamento	673.300,00 €	415.000,00 €	1.088.300,00 €
IVA	154.859,00 €	95.450,00 €	250.309,00 €
Total com IVA	828.159,00 €	510.450,00 €	1.338.609,00 €



Despesas de Financiamento "Orçamento 2015"	
Descrição das Rúbricas	
Pagamento de Financiamentos	
Amortização de Leasing Mobiliário Parcómetros	31.713,43 €
Outros Financiamentos de curto prazo	10.000,00 €
Total de amortizações de dívidas	41.713,43 €

Gastos e Perdas de Financiamento - "Orçamento 2015"	
Descrição das Rúbricas	
Encargos correntes da dívida	
Juros de Leasing Mobiliário Parcómetros	1.148,81 €
Outros Gastos de Financiamento	1.000,00 €
Total gastos e perdas de financiamento	2.148,81 €

Outros Gastos e despesas extraordinárias " Orçamento 2015"	
Descrição das Rúbricas	VALORES
IRC 2014 e Pag por Conta	12.500,00 €
Multas e outras penalidades	1.000,00 €
Juros de Mora	3.000,00 €
Outros gastos extraordinários	3.000,00 €
Total dos Gastos	19.500,00 €

Intervenções urbanas dos contratos programa " Orçamento 2015"

REABILITAÇÃO URBANA	2015	2016	2017	2018	Total
Descrição das Rúbricas					
OUTROS CREDITORES					
REABILITAÇÃO URBANA - FASE II	263.517,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	263.517,07 €
Estudos & Projetos	263.517,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	263.517,07 €
Estudo global da reabilitação urbana	31.200,00 €	0,00 €			31.200,00 €
Estudo do sistema de financiamento e gestão	25.000,00 €	0,00 €			25.000,00 €
Estudo de unidades de intervenção	81.300,81 €	0,00 €			81.300,81 €
Projetos âncora Unidades de Intervenção	126.016,26 €	0,00 €			126.016,26 €
REABILITAÇÃO URBANA - FASE III	319.390,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	319.390,92 €
Construção	316.390,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	316.390,92 €
Construção de instalações sanitárias do Museu Dr. José Formosinho	38.000,00 €				38.000,00 €
Intervenção de conservação e reparação da Igreja de St.º António	278.390,92 €				278.390,92 €
Estudos & Projetos	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.000,00 €
Elaboração do projeto de reabilitação da cobertura da Igreja de Santo António	3.000,00 €				3.000,00 €
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA	250.000,00 €	560.000,00 €	561.643,50 €	1.010.000,00 €	2.381.643,50 €
PUMP (Operacionalização)	250.000,00 €	560.000,00 €	561.643,50 €	1.010.000,00 €	2.381.643,50 €
Estudo e Projetos	50.000,00 €	40.000,00 €	41.643,50 €		131.643,50 €
Infra estruturas do Plano	150.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	1.000.000,00 €	2.150.000,00 €
Equipamentos Diversos	50.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	10.000,00 €	100.000,00 €
Total dos pagamentos	832.907,99 €	560.000,00 €	561.643,50 €	1.010.000,00 €	2.964.551,49 €
IVA	112.282,38 €	43.800,00 €	44.178,01 €	62.300,00 €	262.560,39 €
Total dos pagamentos Iva	945.190,37 €	603.800,00 €	605.821,51 €	1.072.300,00 €	3.227.111,88 €



Valores a Receber " Orçamento 2015"

Descrição das Rúbricas	Valores a Receber de anos anteriores	Ano	Total 2015
Taxas, multas e outras penalidades			
Multas e outras penalidades			
Coimas e penalidades por contraordenações		52.800,00 €	52.800,00 €
Rendimentos da propriedade			
Dividendos e P. nos lucros de soc. e quase-soc. não financ.			
Empresas privadas			
Dividendos de Participações		120.000,00 €	120.000,00 €
Rendas			
Edifícios			
Concessão dos Módulos Frente Ribeirinha		51.869,92 €	51.869,92 €
Rendas		14.370,00 €	14.370,00 €
Transferências Correntes			0,00 €
Administração Local			0,00 €
Subsídios à Exploração			0,00 €
Verba destinada à Exploração - "A Onda"	275.000,00 €	275.000,00 €	550.000,00 €
Venda de bens e serviços correntes			0,00 €
Serviços			0,00 €
Aluguer de espaços e equipamentos *			0,00 €
Publicidade		12.000,00 €	12.000,00 €
Vistorias e ensaios			
Receitas de processos ARU		500,00 €	500,00 €
Serviços específicos das autarquias			
Títulos de Transporte (A Onda)		91.000,00 €	91.000,00 €
Parques de estacionamento + ZEDL		824.250,00 €	824.250,00 €
Verba a Receber no Âmbito da Perequação do PUMP			
UOPG 3 - Verbas em Numerário		200.000,00 €	200.000,00 €
UOPG 8 - Verbas em Numerário		100.000,00 €	100.000,00 €
UOPG 11 - Verbas em Numerário		50.000,00 €	50.000,00 €
UOPG 13 - Verbas em Numerário		200.000,00 €	200.000,00 €
Outras Receitas Correntes			
Outras Receitas Corrente			
Outras Receitas Correntes			
Diversas		20.000,00 €	20.000,00 €
Transferências de capital			
Administração central			
Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados *			
PROGRAMA ALGARVE 21(QREN) - Reabilitação Urbana Fase II		171.286,10 €	171.286,10 €
PROGRAMA ALGARVE 21(QREN) - Reabilitação Urbana Fase III		207.604,10 €	207.604,10 €
Passivos financeiros			
Empréstimos a curto prazo			
Sociedades financeiras			
Empréstimos - Curto Prazo		10.000,00 €	10.000,00 €
Total recebimentos		2.400.680,11 €	2.675.680,11 €
Iva		217.632,682	217.632,682
Total C/IVA		2.618.312,80 €	2.893.312,80 €

Contrato de Leasing dos Parquímetros							
Taxa de Juro	3,878%		VR) Valor residual			1.497,12	
Plano Financeiro							
Mês	Capital Inicial	Amortização capital	Capital em dívida	n.º renda	Renda	juro	Iva
Jan	44.057,50	2.596,14	41.461,36	45	3.368,38	142,38	629,86
Fev	41.461,36	2.604,53	38.856,83	46	3.368,38	133,99	629,86
Mar	38.856,83	2.612,95	36.243,88	47	3.368,38	125,57	629,86
Abr	36.243,88	2.621,39	33.622,49	48	3.368,38	117,13	629,86
Mai	33.622,49	2.629,86	30.992,63	49	3.368,38	108,66	629,86
Jun	30.992,63	2.638,36	28.354,26	50	3.368,38	100,16	629,86
Jul	28.354,26	2.646,89	25.707,38	51	3.368,38	91,63	629,86
Ago	25.707,38	2.655,44	23.051,93	52	3.368,38	83,08	629,86
Set	23.051,93	2.664,02	20.387,91	53	3.368,38	74,50	629,86
Out	20.387,91	2.672,63	17.715,28	54	3.368,38	65,89	629,86
Nov	17.715,28	2.681,27	15.034,01	55	3.368,38	57,25	629,86
Dez	15.034,01	2.689,94	12.344,07	56	3.368,38	48,58	629,86
Pagamentos em 2015		31.713,43			40.420,56	1148,81	7.558,32
Jan	12.344,07	2.698,63	9.645,44	57	3.368,38	39,89	629,86
Fev	9.645,44	2.707,35	6.938,09	58	3.368,38	31,17	629,86
Mar	6.938,09	2.716,10	4.221,99	59	3.368,38	22,42	629,86
Abr	4.221,99	2.724,88	1.497,12	60	3.368,38	13,64	629,86
Abr	1.497,12	1.497,12	0,00	VR	1.841,45	0,00	344,34
Pagamentos em 2016		12.344,07			15.314,97	107,13	2.863,78



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - ORÇAMENTO 2015

RUBRICAS	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	1.125.048
Pagamentos a fornecedores/serviços	-1.338.609
Pagamentos ao Pessoal	-393.557
Caixa gerada pelas operações	-607.119
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-12.500
Subsídios à Exploração	550.000
Outros recebimentos	95.575
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	25.956
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	-1.124.770
Ativos fixos tangíveis	-179.580
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	-945.190
Recebimentos provenientes de:	1.112.690
Ativos fixos tangíveis	
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	613.800
Subsídios ao investimento	378.890
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	120.000
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	-12.080
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	10.000
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-49.272
Juros e gastos similares	-9.149
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	-48.421
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-34.545
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	249.539
Caixa e seus equivalentes no fim do período	214.994

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL - ORÇAMENTO 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	2015
Vendas e Serviços Prestados	927.250
Subsídios à Exploração	275.000
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	
Variação nos inventários de produção	
Trabalhos para a própria entidade	66.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
Fornecimentos e serviços externos	-673.300
Gastos com o pessoal	-393.557
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reversões)	
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	
Aumentos/Reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	146.170
Outros gastos e perdas	-7.000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	340.563
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-230.000
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis(perdas e reversões)	
Resultado Operacional(antes de gastos, financiamento e impostos)	110.563
Juro e rendimentos simulares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	-2.149
Resultado antes de Impostos	108.414
Imposto sobre o rendimento do período	-27.103
Resultado líquido do período	81.310

nº1 do Art.º 62 da Lei 50/2012		
a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;	71%	Cumpre
b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas;	19%	Cumpre
c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;	110.562,58 €	Cumpre
d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.	81.310,33 €	Cumpre

BALANÇO PREVISIONAL - ORÇAMENTO 2015		
SNC	Ativo	2015
	ACTIVO NÃO CORRENTE	
43 /45	Ativos Fixos Tangíveis	4.037.853
42	Propriedades de Investimento	
44	Ativos Intangíveis	
	Ativos Biológicos	
41	Participações Financeiras - Equivalência Patrimonial	169.042
41	Participações Financeiras - Outros Métodos	
	Acionistas/Sócios	
	Outros Ativos Financeiros	
	Ativos por Impostos Diferidos	
		4.206.895
	ACTIVO CORRENTE	
	Inventários	
	Ativos Biológicos	
	Clientes	6.964
	Adiantamentos a Fornecedores	
24	Estado e Outros Entes Públicos	10.000
27	Outras Contas a Receber	475.000
28	Diferimentos	51.375
14	Ativos Financeiros Detidos para Negociação	
	Outros Ativos Financeiros	
	Ativos não Correntes Detidos para Venda	
11 /12	Caixa e Depósitos Bancários	214.994
		758.333
	<i>Total do Ativo</i>	4.965.228

SNC	Capital Próprio e Passivo	2015
	Capital Próprio	2.555.342
51	Capital Realizado	2.555.342
52	Ações (Quotas) Próprias - Valor Nominal	0
53	Outros Instrumentos de Capital Próprio	0
54	Prêmios de Emissão	0
55	Reservas Legais	67.468
	Outras Reservas	0
56	Resultados Transitados	-93.226
	Ajustamentos em Ativos Financeiros	0
	Excedentes de Revalorização	0
	Reservas Legais	0
	Reservas Estatutárias	0
	Reservas Contratuais	0
	Outras Reservas	0
59	Outras Variações no Capital Próprio	1.235.491
		3.765.075
81	Resultados Líquidos do Exercício	81.310
		3.846.385
	Interesses Minoritários	
	<i>Total do Capital Próprio</i>	3.846.385
		0
		0
		0
	Passivo	0
	PASSIVO NÃO CORRENTE	0
	Provisões	0
25	Financiamentos Obtidos	28.964
	Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	0
	Passivo por Impostos Diferidos	0
23 /27	Outras Contas a Pagar	0
		28.964
	PASSIVO CORRENTE	
	Fornecedores	53.888
	Adiantamentos de Clientes	644.691
	Estado e Outros Entes Públicos	25.920
	Acionistas/Sócios	0
25	Financiamentos Obtidos	0
23 /27	Outras Contas a Pagar	96.069
28	Diferimentos	269.311
	Passivos Financeiros Detidos para Negociação	0
	Outros Passivos Financeiros	0
	Passivos não Correntes Detidos para Venda	0
		1.089.879
	<i>Total do Passivo</i>	1.118.843
	<i>Total dos Capitais Próprios e do Passivo</i>	4.965.228

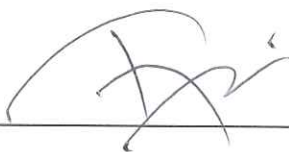
Handwritten signature and initials.

Pressupostos Económicos e Financeiros**2015**

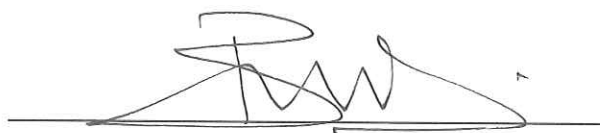

Impostos		
Taxa de IRC		25,00%
Derrama		1,50%
Taxas de IVA		
Reduzida		6,00%
Intermédia		13,00%
Normal		23,00%
Taxa de juro TAEG		3,00%
Pessoal		
Encargos com Segurança Social (Entidade Patronal)		23,75%
Encargos com Segurança Social (Pessoal)		11,00%
Encargos com CGA (Entidade Patronal - Pessoal)		23,75%
Encargos com CGA (Pessoal)		11,00%
Taxa Média de Retenção na Fonte de IRS - Órgãos Sociais		23,00%
Taxa Média de Retenção na Fonte de IRS - Pessoal		15,00%
Taxa Média de Retenção para ADSE		3,50%
Taxa Média de Retenção para CCDTCML		1,00%
Prazos Médios de Pagamentos		
De Fornecimentos e Serviços Externos	meses	1
De Imobilizado	meses	1

Lagos, 17 de outubro de 2014

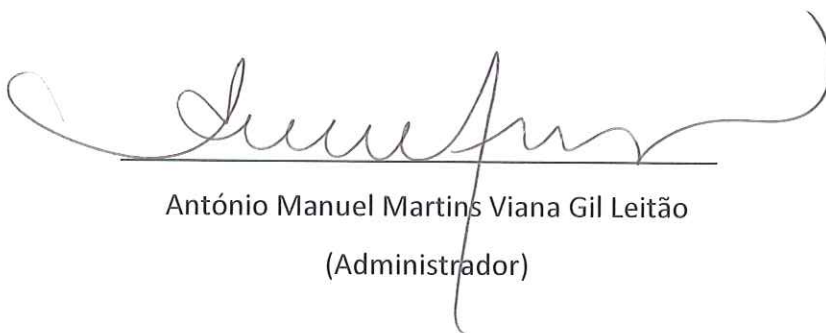
O Conselho de Administração



Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
(Presidente)



Paulo Jorge Correia dos Reis
(Administrador)



António Manuel Martins Viana Gil Leitão
(Administrador)

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

FUTURLAGOS – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, EM, SA
Exercício de 2015

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25º, número 6, alínea j), da Lei 50/2012, de 31 de agosto e nos termos estatutários, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da FUTURLAGOS, EM, SA, titular do NIPC 507 684 532, consistindo em: Plano de Atividades, PPI – Plano Plurianual de Investimento (e Ajustamentos), com o total de € 146 000, Demonstração de Resultados, que regista um saldo positivo de € 82 310, Balanço Previsional, com um total de ativo de € 4 965 228, bem como a Demonstração de Fluxos de Caixa e os mapas de gastos com funcionamento e pessoal e, ainda, o mapa de valores a receber.
2. Os mapas de valores a receber respeitam, tanto à atividade a desenvolver, como às relações com os municípios, no que concerne às suas entregas por conta, em conformidade com as competências definidas pelo Município.
3. As verbas referidas em 2, são, em primeiro lugar as arrecadadas pela cobrança de estacionamento, acrescendo, as que se inserem, quer na área de reabilitação urbana, quer no PUMP (Plano de Urbanização da Meia Praia), sendo que este segundo programa integra, de modo muito abrangente, o tecido de população residente, com as infra-estruturas destinadas a acolher a população turística e, em simultâneo, pretende responder às carências de equipamentos, sociais, educativos e similares.



1

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

No concernente ao contrato programa relativo aos transportes, que prescreve em março de 2015, só está orçamentado um trimestre (em gastos como em subsídios).

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.
6. Neste enquadramento, o Fiscal Único considera, também, cumpridas as suas obrigações de emissão de parecer consignadas em diferentes alíneas do número 6, do artigo 25º da referida Lei 50/2012, relatando em três momentos diferentes a sua apreciação sobre os seguintes documentos:
 - ✓ Emissão de Parecer sobre o Orçamento e Plano de Atividades, data em que se avalia a estimativa dos Subsídios (alínea j) e nos relatórios trimestrais em que se aprecia a situação económica e financeira da entidade, considerando nesse referencial os valores recebidos (alínea h), número 6, do artigo 25º, da mesma Lei 50/2012;
 - ✓ Na apreciação que faz das contas anuais em que, além da respetiva certificação (alínea k, número 6, do artigo 25º), deverá analisar particularmente as contas com o Município.

 2

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

7. Assim, em termos orçamentais, os subsídios atribuídos pela Autarquia, foram calculados, considerando: subsídios destinados a custear atividades não cobertas pelos preços recebidos dos utentes (caso dos transportes) e, no final de cada exercício, o Município deverá entregar o valor do resultado operacional (se negativo).

Âmbito

8. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional, contida nos instrumentos de gestão, está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
 - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência;
 - c) a 15 de fevereiro 2013 foi emitido um parecer tendo por finalidade dar cumprimento relativamente ao projeto de fusão da entidade FUTURLAGOS – Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA com a entidade LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, EM, SA. A fusão aguarda deliberação e não produz efeitos anterior a tal decisão.

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

- d) algumas das atividades que até 2012 eram levadas a cabo pela FUTURLAGOS (a contratação do edifício Paços do Concelho, por exemplo), foram internalizadas, no segundo semestre de 2013, no Município e outras atividades (Reabilitação Urbana) foram acrescentadas ao objeto social da Entidade Municipal;
9. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.
10. No relativo aos valores a receber por Contrato Programa, tiveram-se em conta duas realidades específicas:
- a) O contrato programa, referente aos transportes, que se consubstancia na cobrança da receita de bilheteira, no pagamento à transportadora dos valores contratados e no recebimento da autarquia da diferença entre o valor do Contrato Programa e o correspondente a oitenta e cinco por cento da receita de bilheteira. Tudo relativo ao primeiro trimestre de 2015;
- b) Se o valor do resultado operacional for negativo, esse montante deve ser repostado pela Autarquia, nos termos do número 2, do artigo 40º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

 4

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Parecer

11. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado, tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.

12. Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Ênfases

13. Sem afetar a opinião acima transcrita, refira-se:

- 13.1 O exercício de 2014 é o primeiro em que não se evidenciam despesas com o edifício Municipal.
- 13.2 Em 2014 concessionaram-se os espaços comerciais da cobertura do Parque da Frente Ribeirinha, cujas receitas poderão começar-se a registar em julho de 2015, ou caso, os concessionários peçam diferimento do início do pagamento, apenas em 2016
- 13.3 Em março de 2015 termina o contrato de adjudicação dos serviços de transportes, pelo que, os três trimestres seguintes já terão de refletir quaisquer efeitos que resultem de contratos futuros.

Lisboa, 17 de Outubro de 2014

O Fiscal Único

Moisés dos Santos Teixeira
Economista
Inscrito na OROC com o n.º 863